

**CASTRO**, Celso; **LEIRNER**, Piero (org.). *Antropologia dos militares. Reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 242 p.

Carla Souza de CAMARGO

Por diferentes formas e moldes, a etnografia prevaleceu como o método mais caro à teoria antropológica. Estranho seria se ao longo do desenvolvimento da disciplina as crises não aparecessem, e elas vieram. Monografias extremamente descritivas, por um lado; aproximadas à prática de “coleccionar borboletas azuis” em razão de relatos sem ânimo do que é extremamente exótico num momento, em outro somente traduziam uma interpretação de terceira mão; a incessante procura pela melhor forma de melhor traduzir o discurso nativo; e empreendimentos para englobar diversas vozes são exemplos entre muitos outros presentes em diversos momentos na história do desenvolvimento da disciplina antropológica.

Impróprio seria apontar a etnografia como um método consolidado pelo consenso e também a antropologia como um campo de saber que tenha relegado pouca atenção aos seus métodos. A etnografia é um método que prescreve uma rotina de pesquisa, um tratamento específico aos dados e também em relação ao tipo de texto que será produto deste trabalho. Entretanto, ao aplicar o método para o conhecimento de uma instituição tão regulada e reguladora como o universo militar, os pesquisadores se deparam com uma série de códigos de condutas e adequação justa de ações e comportamentos, rotina e instâncias burocráticas. Nesse sentido, uma pausa para uma revisão de métodos – e assim fizeram os organizadores do volume *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo*, Celso Castro e Piero Leirner – é de grande contribuição para dar continuidade ao empreendimento de transformar em objeto antropológico as ações cotidianas que transcorrem do lado interno da instituição militar.

Composto por onze artigos, além de uma introdução produzida por seus organizadores, este volume conta com a contribuição de pesquisadores de várias áreas das Ciências Humanas, que compartilham o interesse pelo método etnográfico e pelas contribuições específicas que a observação participante pode agregar ao rendimento das pesquisas; nem todos os pesquisadores aqui congregados se utilizam de tais métodos, mas por ocasião da pesquisa, entram em relação com antropólogos e com a produção desta linha de pesquisa – a Antropologia dos Militares. Estes artigos, e as pesquisas

neles descritas, perpassam temas clássicos da antropologia, como gênero, parentesco e rituais; não é, no entanto, sobre os objetos das pesquisas que repousa a grande contribuição desta obra, mas sobre o relato minucioso das trajetórias pessoais que cada pesquisador travou com suas pesquisas e seus objetos. É por meio da demonstração de suas experiências desde o início de suas pesquisas, dos procedimentos que tiveram que ser seguidos, das dificuldades enfrentadas e dos erros cometidos, que se esboçam os contornos de uma pragmática que pode ser de grande contribuição para direcionar as ações dos atuais e futuros pesquisadores interessados pelas instituições militares.

Na introdução do livro, Castro e Leirner apontam que a organização deste volume é fruto de trabalhos pioneiros que ambos desenvolveram na década de 90 e que motivaram estudos sobre o cotidiano dos militares – que viriam a constituir a antropologia dos militares –, diferentemente da produção existente, nas ciências humanas, em relação às características externas da instituição militar, principalmente agregadas a temas de conjunturas políticas – regimes militares ou transições de regimes políticos. Os artigos reunidos têm em comum as motivações e fins acadêmicos que os guiam e também a experiência dos pesquisadores no contato direto com militares. Os autores apontam, ainda, que existem muitas possibilidades para novas pesquisas – o serviço militar obrigatório, a Marinha e a Aeronáutica, trajetória dos militares –, apesar do significativo aumento dos trabalhos nesta área desde o ano 2000.

Vários são os artigos que relatam uma, e sempre presente, morosidade dos processos de autorização das pesquisas. Celso Castro relata que mesmo com intervenção de seu pai (que era militar) – desde os cuidados da redação da carta, até o acionamento dos contatos – e seu posicionamento como pertencente a “família militar,” houve uma espera de dois meses entre o pedido de autorização da pesquisa e a primeira visita a Academia Militar das Agulhas Negras. Piero Leirner relata que frequentou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército ao longo de dois anos esperando uma autorização para o estudo de tal instituição, que nunca foi concedida, fato que não impediu que o pesquisador realizasse uma torção em seu objeto e produzisse uma etnografia a respeito de sua experiência. O mesmo entrave foi encontrado por Aline Prado Atassio ao apresentar sua pesquisa à Escola de Sargentos das Armas, que levou um ano para ser aprovada, passando por um processo difícil, de várias re-elaborações do projeto. Quando aprovada, a pesquisadora teve que se deslocar apressadamente para que fosse possível cumprir o cronograma apresentado na proposta aprovada.

Assim como uma demora constante nos pedidos de autorização da pesquisa, são inúmeras as tentativas de dissuasão relatadas nos artigos. Alexandre Colli de Souza não conseguiu autorização para estudar os rituais e cerimoniais em seu primeiro empreendimento para adentrar uma instituição militar, apesar de escrever aos mais diversos órgãos nacionais e um órgão estadual. Acabou conseguindo a condição de pesquisa em uma instituição militar através de um amigo, mas precisou de uma autorização formal do comandante da unidade para sua realização. Para o autor, a dissuasão é um mecanismo da lógica militar, que opera através de estratégias de esconder-se em determinadas circunstâncias e mostrar-se em outras. Adriana Barreto de Souza relata várias circunstâncias em que a persistência e a posição incisiva foram altamente determinantes para driblar os atranques que alguns movimentos de dissuasão impunham a sua pesquisa em arquivos militares, como a falta de pessoal em um arquivo que tornava a pesquisa inviável e também um horário muito limitado de funcionamento de outro arquivo.

Existe uma grande preocupação por parte do Exército, apontada neste livro por alguns pesquisadores, em posicionar os etnógrafos na chave amigo/inimigo da instituição. Lauriani Porto Albertini relata que, por vezes, sentiu-se incomodada com a posição atribuída a ela de porta-voz do Exército, mas que esta posição fora essencial para sua boa relação em campo e que sua pesquisa representa muito do papel que a ela estava atrelado, como uma “amiga do Exército.” Caso semelhante nos relata Cristina Rodrigues da Silva: mais do que todas as outras identidades a ela atribuídas no momento de sua pesquisa, ela era reconhecida como uma “amiga do exército,” alguém que é visto sob a possibilidade de construir um projeto político comum com o Exército. Máximo Bandaró nos conta que alguns elementos de sua condição como pesquisador no período de seu campo o ajudaram a figurar em outras identidades que fugissem da chave amigo/inimigo do exército. Para ele, ter uma autorização do diretor do Colégio Militar da Nação (academia de formação inicial do exército argentino), estar na posição de estudante de doutorado na França e ter uma idade aproximada com a maioria dos cadetes foram pontos essenciais para que conseguisse fugir de tais questionamentos quanto ao seu posicionamento ideológico/político. Outro mote colocado pelo autor é que, ademais a hostilidade que marca as relações da sociedade argentina com o Exército e dos motivos sociais e jurídicos dessa relação se mostrarem justos, esta não pode ser a única visão antropológica possível da instituição.

A “família militar,” apesar de ser tema de duas pesquisas relatadas neste livro, também opera como um importante instrumento metodológico a ser compreendido e operacionalizado. Como acima referido, a condição de Celso Castro como pertencente a uma “família militar” foi um fator de grande contribuição para a viabilidade de sua pesquisa. Porém, essa instância ainda pode ser gerenciada de outras formas, como nos exemplos apontados por Fernanda Chinelli, Cristina Rodrigues da Silva e Juliana Cavilha. Chineli desempenhou seu trabalho de campo, que tinha por objeto as esposas dos militares, em um edifício residencial de famílias militares, e ao fim de sua pesquisa constatou que precisava levar em conta a incessante atenção das esposas para não prejudicar os maridos com algum relato indevido, assim como a prática de demonstrar o pertencimento à família militar como um modelo positivo, a ser seguido. Dessa forma, relata Chinelli, dada a importância da participação das mulheres na constituição das carreiras dos maridos, seus relatos pareciam ser construídos a partir de um tipo ideal de “família militar.” Silva coloca que a “família militar” sugere a idéia de uma extensão do quartel, uma vez que a organização das moradias e do cotidiano está submetida às mesmas normas da instituição militar. Cavilha ao retratar os rituais do Exército, a partir de relatos de militares aposentados, fala também da contribuição dos relatos de suas esposas, por fazerem parte da comunidade militar e terem acompanhado e contribuído diretamente para as carreiras dos maridos; ainda segundo ela, não é somente dentro das residências que se pode compreender este papel da esposa do militar, ao citar que na “Despedida,” ritual de aposentadoria, a esposa também é homenageada, pois “é uma carreira construída em casal.” (p.147)

Os artigos de Celso Castro, Piero Leirner e Emilia Takahashi relatam sobre determinada tensão acerca das relações aparentemente avessas entre a universidade e os militares. Um passado de relações de adversidade – intervenções militares na política do Brasil - não deixa de habitar o imaginário do presente e pautar a relação que é assumida entre pesquisador e objeto no estudo das instituições militares. Para Celso Castro, uma saída era sua condição “híbrida” – apesar de formado em ciências sociais, também fazia parte (embora ele mesmo marque que nunca completamente) do mundo militar pelo pertencimento a uma “família militar.” Leirner aponta que se de fato as noções militares são formuladas a partir da imagem da guerra, a universidade atuaria como um espelho hierárquico disciplinado, onde “A universidade seria como um exército; o conhecimento, como a disciplina; a ciência, como estratégia; a antropologia, como espionagem; o etnógrafo, na ponta da lança, como o agente duplo que é ao mesmo

tempo informante e propagador das idéias.” (p.38). Dessa forma, aponta Leirner que o pesquisador, ao se apresentar frente ao exército, tem que se colocar não só como um representante da universidade, como deixar claro seu lugar na “cadeia de comando universitária,” por meio de cartas e pedidos daqueles que, segundo essa visão lhes seriam superiores. Emilia Takahashi também tem uma contribuição importante nessa questão, ao relatar os problemas que enfrentou na universidade por conta de seu duplo pertencimento – como professora da Academia da Força Aérea e como pós-graduanda na universidade. Esta muitas vezes fora interrogada sobre sua postura ideológica nos encontros acadêmicos e também sobre a interferência de sua condição no processo de seleção da pós-graduação.

Dois pontos abordados, desenvolvidos respectivamente por Piero Leirner e Máximo Bandaró, são de importância fundamental para qualquer estudo antropológico sobre militares. Leirner discorre a respeito das inversões dos fluxos de informações que se pode ter na experiência dos estudos com militares. Ele descreve que a antropologia como uma área do conhecimento útil aos olhos dos militares é um fenômeno que não pode ser ignorado. Relata a respeito da sua experiência em campo, onde os militares o convidaram a trabalhar para eles e também sobre um movimento que não é recente, mas que cresce em números: a contratação de antropólogos pelo exército americano, até mesmo por meio de organizações aparentemente descoladas das Forças Armadas. Bandaró coloca que a transformação dos militares em uma alteridade, atribuindo características a estes radicalmente opostas às do pesquisador, é uma prática de “militarização” dos militares. Por meio desta prática concebe-se que a comunidade militar é “uma espécie de sociedade tradicional homogênea, equilibrada, coesa, isolada e encerrada em si mesma.” (p.193) Segundo o autor, desta forma, a análise antropológica recairia antes em um exercício de relativização do que uma tentativa de compreensão e análise das práticas e idéias militares, uma vez que é próprio da identidade militar se opor radicalmente à sociedade civil. Essa argumentação se constrói na mesma direção em que Castro defende que o “civil” é uma invenção dos militares, que só adquire algum significado diante dos militares e quando assim se é classificado por estes.

Como descrito pela maioria dos artigos presentes neste livro, hierarquia e disciplina são valores que permeiam as concepções dos militares, sendo o pesquisador levado a ter sempre em consideração estas matrizes de baliza; como aponta Leirner, esses conceitos não significam na parte interior da caserna a mesma coisa que em seu

exterior. A hierarquia que o autor delineia se mostra tão especializada que admite formas de uma hierarquia individualizada, onde duas pessoas não podem ocupar o mesmo espaço; outro ponto importante é que essa hierarquia que pauta o entendimento militar é móvel, e por isso todo contato que é estabelecido pelo etnógrafo tem que ser refeito a cada contato deste com a instituição. A disciplina, por sua vez, é como uma prescrição única para todas as condutas militares: indissociável da etiqueta, estipula desde a formação para um combate até a maneira de entrar em um elevador.

Uma pragmática da pesquisa: a etnografia como método em relação a um objeto, aparentemente fixo, que se mostra esparso, negociável e visível apenas no contato. Creio ser esta a principal contribuição do volume organizado por Celso Castro e Piero Leirner, e o desafio particular da antropologia dos militares. Um desafio duplo em suas ambições: negar a existência do sujeito militar interventor, rígido, autoritário em sua própria natureza, e evitar o deslize relativista, transpondo aos militares algo que descremos em nós mesmos - a tradição antes que a cultura - nos perdendo na crença e permanecendo cegos às criações. Os entraves, as limitações, as dissuasões nos dão a idéia da emergência de uma nova possibilidade: diferentemente da história serial, que enxerga como objeto a instituição militar, os feitos militares, as conquistas militares etc., os “problemas” encontrados pelos pesquisadores deste volume criam novos objetos de pesquisa; a espera, a tentativa de cooptação, a recusa, os empecilhos ao trabalho de campo, são constituintes e definidores da prática militar, da atenção dos militares aos possíveis relatos distorcidos de sua instituição, à tentativa de inversão no fluxo de informações na constituição da antropologia como área útil à instituição militar.

Tudo depende, contudo, do contato estabelecido em campo. Não apenas na maneira como o estudo será levado, mas na própria possibilidade do objeto de estudo. É algo mais que sabido: o objeto não existe sem o sujeito, ou o nativo sem o antropólogo. E aqui se encontra, definitivamente, a contribuição de uma antropologia dos militares: dar a uma instituição e a um conjunto de singularidades, como os militares, a possibilidade de uma torção de sua posição nas ciências humanas, através do estudo de suas relações cotidianas, do contato direto com indivíduos que não nasceram (mas talvez morrerão) militares, de percepção de um conjunto de preocupações que vão além da instituição militar, da visibilidade de movimentos e deslocamentos que criam e recriam os militares, sua instituição e suas relações, dia após dia.

**Carla Souza de Camargo**

Mestranda em Antropologia Social  
Universidade Federal de São Carlos  
E-mail: [carla@decamargo.com](mailto:carla@decamargo.com)

Recebido em 04/03/2010

Aceito para publicação em 04/03/2010